



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025

Juiz de Fora, janeiro de 2026

REITOR

Professora Dra. Girlene Alves da Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO E FINANÇAS

Professor Dr. Elcemir Paço Cunha

COORDENADORA CONTÁBIL, TRIBUTÁRIA E DE CUSTOS

Regina Celia Bitencourt Dias Baesso

EQUIPE TÉCNICA

Regina Célia Bitencourt Dias Baesso
Contadora

Gilda Firmino Alvares Pereira
Contadora

Anna Paola Esteves de Faria Pinto
Contadora

Lucas Ramos do Carmo
Contador

Alynne da Silva Praxedes
Contadora

Maximila Fabiana da Silva
Técnica Contábil

Brener Mateus Pelegrino da Silva Estrela
Contador

SUMÁRIO**1. Sumário**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	5
1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	7
2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	7
3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS PELA UFJF	8
3.1 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL	8
3.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS	8
3.3 RESTOS A PAGAR	9
3.4 MOEDA FUNCIONAL	10
3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10
3.6 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	10
3.7 ESTOQUES	10
3.8 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10
3.9 IMOBILIZADO	10
3.10 DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11
3.11 DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11
3.12 INTANGÍVEL	12
3.13 PASSIVOS	12
3.14 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	12
3.15 RESULTADO FINANCEIRO	13
3.16 RESULTADO PATRIMONIAL	14
4. BALANÇO PATRIMONIAL – BP	15
5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	17
6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO	18
7. BALANÇO FINANCEIRO - BF	21
8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	22
9. NOTAS EXPLICATIVAS	23
9.1 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa	23
9.2 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	24
9.3 03 - Estoques	25
9.4 04 - Ativo Realizável a Longo Prazo	25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2025**

9.5	05 - Bens Móveis	26
9.6	06 - Bens Imóveis	29
9.7	07 - Intangível	30
9.8	08 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	30
9.9	09 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31
9.10	10 - Demais Obrigações a Curto Prazo	32
9.11	11 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	32
9.12	12 - Ajustes de Exercícios Anteriores	33
9.13	13 - Atos Potenciais Ativos e Passivos	33
9.14	14 – Variações Patrimoniais Aumentativas	34
9.15	15 - Variações Patrimoniais Diminutivas	35
9.16	16 - Resultado Patrimonial do Exercício	37
9.17	17 - Receitas Correntes	38
9.18	18 - Despesas Correntes e de Capital	38
9.19	19 - Resultado Orçamentário (Déficit)	39
9.20	20 - Restos a Pagar Não Processados	39
9.21	21 - Restos a Pagar Processados	41
9.22	22 – Resultado Financeiro – Consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa	41
9.23	23 - Transações com Partes Relacionadas	44

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

O objetivo principal das notas explicativas às demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As notas explicativas são compostas pelas seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Tais demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis aplicáveis ao setor público, vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 11ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Desta forma, o escopo desta declaração refere-se às demonstrações contábeis acima descritas, tendo como base os dados consolidados da Universidade Federal de Juiz de Fora e de seu Hospital Universitário.

Visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da UFJF e extraídos os dados para a elaboração das demonstrações contábeis, a Coordenação Contábil, Tributária e de Custos, realiza mensalmente a conformidade contábil, conforme procedimentos descritos no Manual SIAFI.

Assim, considerando os pontos acima, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2025,

refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal de Juiz de Fora, exceto no tocante às ressalvas apontadas a seguir:

- a) Os bens móveis da entidade podem não representar de maneira fidedigna a real situação patrimonial, uma vez que não foram realizados inventários e/ou reavaliações.
- b) Os bens imóveis da entidade não foram inventariados nem reavaliados, podendo apresentar valores subavaliados;
- c) Os ativos intangíveis com vida útil definida não estão sendo amortizados, gerando como consequência uma superavaliação do ativo intangível.



Documento assinado digitalmente
REGINA CELIA BITENCOURT DIAS BAESSO
Data: 03/02/2026 15:50:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juiz de Fora, janeiro de 2026

Regina Celia Bitencourt Dias Baesso
CRC nº MG-072107/O-2
Contadora da Universidade Federal de Juiz de Fora

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, criada pela Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960, é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Juiz de Fora e Campus Avançado na cidade de Governador Valadares, ambas no Estado de Minas Gerais. A instituição posiciona-se como um polo científico e cultural de uma região de mais de três milhões de habitantes e está classificada entre as melhores universidades da América Latina, com reconhecimento nacional e internacional.

Atualmente, a UFJF conta com mais de 90 opções de cursos de graduação, 45 de mestrado e 24 de doutorado, em todas as áreas do conhecimento. Dentre outros objetivos, a UFJF tem como fins a promoção de todas as formas de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, e também a manutenção de ampla e diversificada interação com a comunidade.

Quanto à estrutura orçamentária e financeira, o órgão UFJF é composto por duas Unidades Gestoras ativas: O Hospital Universitário e a própria UFJF, sendo ambas, unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da UFJF são elaboradas em consonância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também a NBC TSP Estrutura Conceitual; as NBC TSP 01 a 34; as instruções descritas na 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações das Unidades Gestoras da UFJF e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de

Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADOS PELA UFJF

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

3.1 CONTA ÚNICA DO GOVERNO FEDERAL

Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3.2 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS X RECURSOS FINANCEIROS

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos orçamentários são aqueles destinados a controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, por meio da estimativa das receitas e da fixação das despesas. Já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos

públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária” (<http://www.conass.org.br>).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.” (<https://portaldatransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica#:~:text=O%20QUE%20%C3%89%20DESPESA%20P%C3%9ABLICA,p%C3%BAblica%20no%20Portal%2C%20acesse%20Despesas.>).

3.3 RESTOS A PAGAR

Conforme a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho (<http://portal.tcu.gov.br/>). Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

3.4 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional é o Real, sendo os saldos em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

3.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e seus equivalentes, incluem dinheiro em caixa, depósitos da conta única da união, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, sendo mensurados e avaliados por seus valores de custo e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.6 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO

Compreendem os direitos a receber/recuperar a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamento de salários; (ii) créditos tributários; e (iii) depósitos/cauções recebidos como garantias contratuais. Tais valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

3.7 ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados conforme seu valor de aquisição ou produção/construção nas entradas, enquanto nas saídas, pelo seu custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

3.8 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária e respectivos ajustes para perdas; e (ii) depósitos/cauções prestados à Municípios, Estados e órgãos federais como garantias contratuais. Tais valores são avaliados e mensurados por seu valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

3.9 IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

É importante ressaltar que, por motivos sistêmicos, os processos de redução ao valor recuperável e de reavaliação, ainda não estão sendo efetuados na UFJF.

3.10 DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação dos bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. A depreciação de tais bens é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo módulo administrativo do sistema de gestão interno da UFJF (SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), utilizando como regra de cálculo o método das quotas constantes, bem como a tabela de vida útil e valor residual constante na Macrofunção SIAFI 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

3.11 DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis da UFJF são controlados por meio do SPIUnet, que é o sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFJF é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, sendo a depreciação iniciada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.12 INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, estando aqueles que possuem vida útil definida, sujeitos à amortização. Entretanto, por limitações no sistema de gestão patrimonial, a amortização não está sendo realizada.

3.13 PASSIVOS

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

3.14 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias - que são decorrentes do esforço institucional do próprio órgão - ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um “ente público” e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente. Entende-se por “ente”: União (OFSS), estados, Distrito Federal e municípios. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e unidades gestoras, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados, como é o caso (MEC x FNDE x FIES x Salário-Educação). Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelas universidades e institutos, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta, corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aqueles correspondem aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente).

3.15 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão.

Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do

período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3.16 RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFJF e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a UFJF, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

4. BALANÇO PATRIMONIAL – BP

ATIVO			2025		2024		PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO			
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE			
	Caixa e Equivalentes de Caixa			229.518.328,95	178.534.043,52	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo			
	Créditos a Curto Prazo	01		245.378.760,17	167.395.489,71	08	224.085.688,02	221.781.926,74	
	Créditos de Transferências a Receber	02		8.546.198,22	6.874.019,91		76.280.485,40	55.238.749,51	
	Créditos de Transferências a Receber		-	-	-	09	5.053.017,51	6.113.923,35	
	Demais Créditos e Valores		8.546.198,22	6.874.019,91		-	-	-	
	Demais Créditos e Valores		8.546.198,22	6.874.019,91		-	-	-	
	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	-	10	142.752.185,11	160.429.253,88	
	Estoques a Curto Prazo	03		4.450.350,02	4.264.533,90		-	-	
	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-	-		-	-	
	VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo		-	-	-		-	-	
ATIVO NÃO CIRCULANTE				1.346.091.441,05	1.369.998.690,78	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
	Ativo Realizável a Longo Prazo	04		2.294.580,07	3.658.261,32	11	-	-	
	Créditos a Longo Prazo		2.294.580,07	3.658.261,32		-	-	-	
	Dívida Ativa Não Tributária		-532,43			-	-	-	
	Dívida Ativa Não Tributária		901.952,73	911.116,09		-	-	-	
	(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária		-902.485,16	-911.116,09		-	-	-	
	Demais Créditos e Valores		2.295.112,50	3.658.261,32		-	-	-	
	Demais Créditos e Valores		2.295.112,50	3.658.261,32		-	-	-	
	Estoques a Longo Prazo		-	-	-		-	-	
	Investimentos		-	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
	Participações Permanentes		-	-	-	PA TRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado				1.337.448.478,56	1.359.840.213,39	ESPECIFICAÇÃO			
	Bens Móveis	05		87.979.685,10	113.282.494,09		2025	2024	
	Bens Móveis		237.457.522,62	238.975.044,30		-	-	-	
	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-149.477.837,52	-125.692.550,21		-	-	-	
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-		-	-	-	
	Bens Imóveis	06		1.249.468.793,46	1.246.557.719,30		499.103.650,58	499.103.650,58	
	Bens Imóveis		1.250.961.340,02	1.247.425.955,91		852.420.431,40	827.647.156,98		
	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.492.546,56	-868.236,61	16	50.943.537,60	-38.547.265,89		
	(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-		827.647.156,98	877.584.440,83		
	Intangível	07		6.348.382,42	6.500.216,07	12	-26.170.263,18	-11.390.017,96	
	Softwares		6.348.382,42	6.500.216,07		-	-	-	
Softwares		6.348.382,42	6.500.216,07		1.351.524.081,98	1.326.750.807,56			
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	-					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	-					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	-	-					
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-	-					
Diferido		-	-	-					
TOTAL DO ATIVO				1.575.609.770,00	1.548.532.734,30	TOTAL DO PASSIVO E PA TRIMÔNIO LÍQUIDO			
							1.575.609.770,00	1.548.532.734,30	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES						
ATIVO		PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO FINANCEIRO		215.378.760,17	167.395.489,71	PASSIVO FINANCEIRO		
ATIVO PERMANENTE		1.360.231.009,83	1.381.137.244,59	PASSIVO PERMANENTE		
				SALDO PATRIMONIAL		
				NE	2025	2024
					267.191.966,46	223.724.988,13
					82.687.307,81	113.733.541,50
					1.225.730.495,73	1.211.074.204,67

QUADRO DE COMPENSAÇÕES						
ATIVO				PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2025
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13	62.836.493,71	76.407.940,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	13	355.013.985,12
Atos Potenciais Ativos		62.836.493,71	76.407.940,74	Atos Potenciais Passivos		355.013.985,12
Garantias e Contragarantias Recebidas		10.211.158,92	14.254.213,22	Garantias e Contragarantias Concedidas		-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		52.509.683,29	53.182.706,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		162.984.437,29
Direitos Contratuais		115.651,50	8.971.021,21	Obrigações Contratuais		192.029.547,83
Outros Atos Potenciais Ativos		-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-
TOTAL		62.836.493,71	76.407.940,74	TOTAL		355.013.985,12
						283.866.540,86

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-65.767.332,17
Recursos Vinculados	13.954.125,88
Educação	-2.612.205,30
Previdência Social (RPPS)	-9.526.654,68
Dívida Pública	-5.518,61
Fundos, Órgãos e Programas	26.098.504,47
TOTAL	-51.813.206,29

5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	1.648.817.858,17	1.350.126.367,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		254.791.465,83	164.870.767,71
Venda de Mercadorias		35,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		254.791.430,83	164.870.767,71
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		6.106.399,63	8.947.308,69
Juros e Encargos de Mora		2.563,35	1.084,02
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		6.103.836,28	8.946.224,67
Transferências e Delegações Recebidas		1.314.889.397,80	1.166.148.790,75
Transferências Intra governamentais		1.312.145.054,26	1.163.637.577,82
Transferências Intergovernamentais		-	20.000,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.744.343,54	2.491.212,93
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		70.204.734,30	9.346.472,50
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		14.619,68	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		70.190.114,62	9.346.472,50
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.825.860,61	813.027,96
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-20.000,00
Resultado Positivo de Participações		1.468.060,65	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		14.938,70	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.342.861,26	833.027,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	1.597.874.320,57	1.388.673.633,50
Pessoal e Encargos		788.897.194,60	660.507.726,44
Remuneração a Pessoal		611.717.381,61	507.893.833,60
Encargos Patronais		133.213.063,76	114.174.510,04
Benefícios a Pessoal		43.828.000,62	38.271.725,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		138.748,61	167.657,05
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		318.662.914,04	298.855.657,80
Aposentadorias e Reformas		263.120.577,43	232.799.295,51
Pensões		54.235.242,36	51.119.333,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.307.094,25	14.937.028,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		213.298.633,15	185.722.378,79
Uso de Material de Consumo		6.730.613,06	4.522.993,82
Serviços		198.059.520,97	172.690.103,53
Depreciação, Amortização e Exaustão		8.508.499,12	8.509.281,44
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		30.437,74	1.081.769,79
Juros e Encargos de Mora		15.971,22	9.101,70
Descontos Financeiros Concedidos		14.466,52	1.072.668,09
Transferências e Delegações Concedidas		161.010.440,30	128.578.270,84
Transferências Intra governamentais		55.152.513,95	47.059.532,60
Transferências Intergovernamentais		100.863.222,06	80.454.656,24
Transferências a Instituições Privadas		4.251.483,62	404.886,35
Transferências ao Exterior		650.592,16	622.100,43
Outras Transferências e Delegações Concedidas		92.628,51	37.095,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		42.240.497,93	60.085.160,35
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		6.307,77	1.533,73
Perdas com Alienação		316.419,79	1.391.705,32
Perdas Involuntárias		548.306,89	27.931,36
Incorporação de Passivos		39.136.383,12	42.032.757,64
Desincorporação de Ativos		2.233.080,36	16.631.232,28
Tributárias		12.577.506,67	8.633.535,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		107.791,75	79.342,56
Contribuições		12.469.714,92	8.554.192,98
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		12,10	-
Custo das Mercadorias Vendidas		12,10	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		61.156.684,04	45.209.133,95
Premiações		66.250,00	12.500,00
Incentivos		45.665.562,67	44.789.753,35
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		15.424.871,37	406.880,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		50.943.537,60	-38.547.265,89

6. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	17	241.654.081,00	241.654.081,00	262.599.284,63	20.945.203,63
Receita Tributária		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receita de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		14.297.001,00	14.297.001,00	7.552.345,34	-6.744.655,66
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		286.135,00	286.135,00	370.941,83	84.806,83
Valores Mobiliários		14.010.866,00	14.010.866,00	7.181.403,51	-6.829.462,49
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Deduzidas Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		227.206.681,00	227.206.681,00	254.273.424,59	27.066.743,59
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		227.206.681,00	227.206.681,00	254.272.227,67	27.065.546,67
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	1.196,92	1.196,92
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		150.399,00	150.399,00	773.514,70	623.115,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	17.734,91	17.734,91
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	755.360,50	755.360,50
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Deduzidas Receitas Correntes		150.399,00	150.399,00	419,29	-149.979,71
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	238.455,90	238.455,90
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	238.455,90	238.455,90
Alienação de Bens Móveis		-	-	238.455,90	238.455,90
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Rerruneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Deduzidas Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS		241.654.081,00	241.654.081,00	262.837.740,53	21.183.659,53
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		241.654.081,00	241.654.081,00	262.837.740,53	21.183.659,53
DEFICIT	19	-	-	1.254.497.927,68	1.254.497.927,68
TOTAL		241.654.081,00	241.654.081,00	1.517.335.668,21	1.275.681.587,21
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	150.803.717,00	-	-150.803.717,00
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	150.803.717,00	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	18	1.331.313.560,00	1.481.271.620,00	1.504.798.464,92	1.389.916.536,21	1.260.902.935,00	-23.526.844,92
Pessoal e Encargos Sociais		924.435.810,00	1.069.017.203,00	1.065.561.367,28	1.065.561.367,28	950.870.971,01	3.455.835,72
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		406.877.750,00	412.254.417,00	439.237.097,64	324.355.168,93	310.031.963,99	-26.982.680,64
DESPESAS DE CAPITAL	18	7.044.000,00	7.889.657,00	12.537.203,29	4.698.787,29	4.698.787,29	-4.647.546,29
Investimentos		7.044.000,00	7.889.657,00	12.537.203,29	4.698.787,29	4.698.787,29	-4.647.546,29
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		1.338.357.560,00	1.489.161.277,00	1.517.335.668,21	1.394.615.323,50	1.265.601.722,29	-28.174.391,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.338.357.560,00	1.489.161.277,00	1.517.335.668,21	1.394.615.323,50	1.265.601.722,29	-28.174.391,21
TOTAL		1.338.357.560,00	1.489.161.277,00	1.517.335.668,21	1.394.615.323,50	1.265.601.722,29	-28.174.391,21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	9.330.031,24	98.918.473,75	104.848.770,44	104.713.924,18	539.683,38	2.994.897,43
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		9.330.031,24	98.918.473,75	104.848.770,44	104.713.924,18	539.683,38	2.994.897,43
DESPESAS DE CAPITAL	20	292.854,56	7.135.243,34	6.898.959,18	6.898.959,18	310.832,18	218.306,54
Investimentos		292.854,56	7.135.243,34	6.898.959,18	6.898.959,18	310.832,18	218.306,54
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL		9.622.885,80	106.053.717,09	111.747.729,62	111.612.883,36	850.515,56	3.213.203,97

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LÍQUIDOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	21	72.219,59	95.502.326,69	95.517.048,56	991,04	56.506,68
Pessoal e Encargos Sociais		-	83.228.030,26	83.227.039,22	991,04	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		72.219,59	12.274.296,43	12.290.009,34	-	56.506,68
DESPESAS DE CAPITAL	21	3.895.254,33	27.363,06	27.363,06	-	3.895.254,33
Investimentos		3.895.254,33	27.363,06	27.363,06	-	3.895.254,33
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		3.967.473,92	95.529.689,75	95.544.411,62	991,04	3.951.761,01

7. BALANÇO FINANCEIRO - BF

INGRESSOS				DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO		NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO		NE	2025	2024
Receitas Orçamentárias			262.837.740,53	174.044.360,26	Despesas Orçamentárias			1.517.335.668,21	1.319.163.766,67
Recursos Não Vinculados			-	-	Recursos Não Vinculados			983.380.290,98	815.661.618,71
Recursos Vinculados			263.166.729,15	176.164.889,21	Recursos Vinculados			533.955.377,23	503.502.147,96
Previdência Social (RPPS)			-	-	Educação			968.059,00	5.185.050,29
Fundos, Órgãos e Programas			263.166.660,40	176.164.889,21	Seguridade Social (Exceto Previdência)			13.939.720,00	866.703,04
Recursos Não Classificados			68,75	-	Previdência Social (RPPS)			279.807.326,55	275.905.625,59
(-) Deduções da Receita Orçamentária			-328.988,62	-2.120.528,96	Fundos, Órgãos e Programas			239.240.271,68	221.544.769,04
Transferências Financeiras Recebidas			1.312.130.647,02	1.163.637.577,82	Transferências Financeiras Concedidas			55.137.868,40	47.059.532,60
Resultantes da Execução Orçamentária			1.255.115.795,50	1.097.814.231,00	Resultantes da Execução Orçamentária			52.150.857,78	45.797.101,78
Repasse Recebido			1.203.238.176,16	1.052.219.984,44	Repasse Concedido			273.238,44	202.855,22
Sub-repasse Recebido			51.877.619,34	45.594.246,56	Sub-repasse Concedido			51.877.619,34	45.594.246,56
Independentes da Execução Orçamentária			57.014.851,52	65.823.346,82	Independentes da Execução Orçamentária			2.987.010,62	1.262.430,82
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			26.649.305,12	36.524.814,87	Transferências Concedidas para Pagamento de RP			1.941,93	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais			30.365.546,40	29.298.531,95	Demais Transferências Concedidas			-	-
Aporte ao RPPS			-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais			2.985.068,69	11.108,70
Aporte ao RGPS			-	-	Aporte ao RPPS			-	-
Recebimentos Extraorçamentários			266.795.907,35	216.118.499,80	Aporte ao RGPS			-	-
Inscrição de Restos a Pagar Processados			129.013.601,21	93.803.968,05	Pagamentos Extraorçamentários		21	221.307.487,83	181.321.223,11
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			122.720.344,71	106.053.717,09	Pagamento de Restos a Pagar Processados		20	95.544.411,62	94.194.850,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			13.765.592,98	15.852.185,93	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados			111.612.883,36	78.563.987,64
Outros Recebimentos Extraorçamentários			1.296.368,45	408.628,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			14.044.653,88	8.530.092,63
Arrecadação de Outra Unidade			1.296.368,45	408.628,73	Outros Pagamentos Extraorçamentários			105.538,97	32.292,29
Saldo do Exercício Anterior			167.395.489,71	161.139.574,21	Demais Pagamentos			105.538,97	32.292,29
Caixa e Equivalentes de Caixa		01	167.395.489,71	161.139.574,21	Saldo para o Exercício Seguinte			215.378.760,17	167.395.489,71
TOTAL			2.009.159.784,61	1.714.940.012,09	Caixa e Equivalentes de Caixa		01	215.378.760,17	167.395.489,71
					TOTAL			2.009.159.784,61	1.714.940.012,09

8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

	NE	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	22	55.162.019,04	22.294.698,03
INGRESSOS OPERACIONAIS		1.589.791.893,08	1.353.114.955,34
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		7.552.345,34	354.821,52
Receita de Serviços		254.273.424,59	163.444.377,12
Remuneração das Disponibilidades		-	8.994.513,72
Outras Receitas Derivadas e Originárias		773.514,70	402.850,50
Transferências Recebidas		-	20.000,00
Intergovernamentais Recebidas		-	20.000,00
Dos Municípios		-	20.000,00
Outros Ingressos Operacionais		1.327.192.608,45	1.179.898.392,48
Ingressos Extraorçamentários		13.765.592,98	15.852.185,93
Transferências Financeiras Recebidas		1.312.130.647,02	1.163.637.577,82
Arrecadação de Outra Unidade		1.296.368,45	408.628,73
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		-1.534.629.874,04	-1.330.820.257,31
Pessoal e Demais Despesas		-1.231.494.420,67	-1.075.293.306,82
Administração		-6.607,20	-211.692,93
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-51.562,50	-
Relações Exteriores		-1.874,90	-
Previdência Social		-313.129.316,20	-283.118.071,60
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-917.212.357,11	-791.778.629,50
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-1.062.441,96	-
Agricultura		-	-130.562,68
Transporte		-30.260,80	-34.560,00
Desporto e Lazer		-	-19.790,11
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-233.847.392,12	-199.905.032,97
Intergovernamentais Concedidas		-	-
Intragovernamentais Concedidas		-128.719.855,48	-119.033.226,33
Outras Transferências Concedidas		-105.127.536,64	-80.871.806,64
Outros Desembolsos Operacionais		-69.288.061,25	-55.621.917,52
Dispendios Extraorçamentários		-14.044.653,88	-8.530.092,63
Transferências Financeiras Concedidas		-55.137.868,40	-47.059.532,60
Demais Pagamentos		-105.538,97	-32.292,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22	-7.178.748,58	-16.038.782,53
INGRESSOS DE INVESTIMENTO		238.455,90	827.797,40
Alienação de Bens		238.455,90	827.797,40
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO		-7.417.204,48	-16.866.579,93
Aquisição de Ativo Não Circulante		-6.363.670,36	-14.591.621,90
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.053.534,12	-2.274.958,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	22	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Operações de Crédito		-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22	47.983.270,46	6.255.915,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	01	167.395.489,71	161.139.574,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	01	215.378.760,17	167.395.489,71

9. NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas visam fornecer informações adicionais ao esclarecimento das situações patrimonial, orçamentária e financeira, não indicadas nas próprias demonstrações contábeis. Desta forma, abaixo são apresentadas as notas explicativas ao 4º Trimestre 2025.

9.1 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única da União e dos Recursos Liberados pelo Tesouro, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Tal item está subdividido em Recursos da Conta Única da União, Recursos Liberados pelo Tesouro, Demais Recursos e Valores a Restituir e Vinculados.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Conta Única - Recursos da Conta Única Aplicados	30.089.819,22	96.438.007,38	(68,80)
Recursos Liberados pelo Tesouro	177.686.768,66	62.603.662,59	183,83
Demais Recursos	169.640,74	277.013,51	(38,76)
Valores Restituir e Vinculados	7.432.531,55	8.076.806,23	(7,98)
Total	215.378.760,17	167.395.489,71	28,66

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Destes recursos, R\$ 4.450.108,55 referiam-se ao Hospital Universitário e R\$ 210.928.651,62 referentes à universidade.

No final do Quarto trimestre de 2025, registrou-se uma redução de aproximadamente 68% nos recursos da Conta Única aplicados em comparação a 2024. As aplicações foram encerradas, e a conta será descontinuada, com redução gradual do seu saldo.

Ademais ao final do Quarto trimestre de 2025 verificou-se um acréscimo de aproximadamente 183% nos Recursos Liberados pelo Tesouro, decorrente, principalmente, dos valores repassados pela STN para o pagamento da folha de pessoal referente ao mês de dezembro de 2025, bem como da arrecadação proveniente dos serviços prestados pela Fundação CAED.

Os Demais Recursos referem-se às cauções recebidas de diversas empresas contratadas pela UFJF, como forma de garantia contratual, além de saldo em poupança na Caixa Econômica Federal, oriundo de uma doação recebida pela instituição. Nesta rubrica houve um decréscimo de aproximadamente 38%, relacionado principalmente ao resgate da

Conta poupança conforme processo 23071.925054/2025-16, e à liberação de cauções de contratos já vencidos.

Os Valores Restituíveis e Vinculados constituem uma nova abordagem para a contabilização e o controle das retenções realizadas em Conta-Depósito Vinculada. Esta conta é regulada por normas que visam garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo, assim, a existência de recursos financeiros para fazer face à parte significativa dos direitos trabalhistas dos empregados terceirizados em atividade no governo federal.

9.2 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os créditos provenientes de adiantamento de salários, de adiantamento a prestadores de serviços, de tributos a compensar / recuperar e outros créditos a receber.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	8.485.257,12	6.735.044,78	25,99
Suprimento de Fundos - Adiantamento	22,80	-	-
Adiantamento a Prestadores de Serviços	-	-	-
Tributos a Recuperar / Compensar	-	-	-
Depósitos / Cauções Efetuados	-	-	-
Outros Créditos a Receber	60.918,30	138.975,13	(56,17)
Total	8.546.198,22	6.874.019,91	24,33

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Os Adiantamentos Concedidos a Pessoal referem-se a adiantamentos de salários, 13º salário e férias. Em relação a 31 de dezembro de 2025, houve um aumento na Rubrica de Adiantamento Concedidos a Pessoal, relacionado principalmente aos adiantamentos de férias dos servidores.

Os Suprimentos de Fundos referem-se a adiantamentos efetuados, por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), a alguns servidores (supridos) para custear despesas eventuais que exijam pronto pagamento e que sejam de pequeno vulto. Em 2025 permaneceu um saldo indevido, em razão de despesa não classificada, cujo acerto foi realizado em 2026. No início do exercício, é comum que novos suprimentos sejam concedidos, os quais são baixados à medida que os supridos apresentam as prestações de contas e estas são aprovadas pelo ordenador de despesas.

9.3 03 - Estoques

Os estoques da UFJF, ao término do 4º trimestre de 2025, totalizaram R\$ 4.450.350,02, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Estoques	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Estoques para Revenda	490.677,71	593.093,36	(17,27)
Materiais de Consumo em Almoxarifado	3.959.672,31	3.671.440,54	7,85
Importações em Andamento	-	-	-
Total	4.450.350,02	4.264.533,90	4,36

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Os Estoques para Revenda referem-se aos livros, revistas e periódicos a serem comercializados pela Editora da UFJF. O estoque da Editora apresentou inconsistências ao final de 2025 em razão de problemas operacionais no Sistema Versa, decorrentes do vencimento do certificado digital e da necessidade de cumprimento dos trâmites administrativos para sua renovação. Embora o funcionamento do sistema tenha sido restabelecido em dezembro de 2025, ainda persistiam conflitos com a Sefaz, o que impediu a completa regularização e conferência do estoque no encerramento do exercício.

Já os Materiais de Consumo em Almoxarifado representam os itens mantidos para utilização interna, como materiais de expediente, materiais químicos, materiais elétricos, dentre outros.

9.4 04 - Ativo Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo engloba os créditos de dívida ativa não tributária e seus respectivos ajustes para perdas, além dos depósitos / cauções efetuadas pela UFJF, conforme tabela abaixo:

Ativo Realizável a Longo Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Dívida Ativa Não Tributária	901.952,73	911.116,09	(1,01)
(-) Ajuste para perdas - Dívida Ativa	(902.485,16)	(911.116,09)	(0,95)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - LP	-	307.138,29	(100,00)
Depósitos /Cauções Efetuados Contratos Convênios	2.295.112,50	3.351.123,03	(31,51)
Total	2.294.580,07	3.658.261,32	(37,28)

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Os créditos da Dívida Ativa Não Tributária passaram a ser reconhecidos pela UFJF durante o exercício de 2019, entretanto, como a UFJF não mantém base histórica de recebimento desses créditos e por representarem bastante incerteza, optou-se então, por contabilizar uma perda de 100%, visto que não houve recebimentos que justificassem mudança no critério de apropriação dessas perdas.

Já os Depósitos e Cauções Efetuados - Longo Prazo referem-se às cauções prestadas pela UFJF, em virtude de garantias contratuais a diversos estados, municípios e órgãos da Administração Pública Federal (CAED/UFJF). O saldo desta conta contábil estava apresentando um saldo alongado ao final do exercício de 2024, tendo sido reduzido em decorrência da baixa de cauções cujos contratos foram finalizados.

9.5 05 - Bens Móveis

Ao término do 4º Trimestre 2025 a UFJF possuía saldo de R\$ 87.979.685,10 referentes a Bens Móveis. Desse montante cerca de R\$ 23 milhões referiam-se à unidade organizacional do Hospital Universitário, enquanto cerca de R\$ 65 milhões estavam vinculados à UFJF.

O controle dos bens móveis da UFJF e HU/UFJF é efetuado no sistema interno de gestão patrimonial, denominado SIGA. Todas as movimentações de bens móveis referentes às unidades organizacionais da UFJF são efetuadas por meio deste sistema e posteriormente registradas no SIAFI. Os valores da Depreciação dos bens móveis também são apurados mensalmente no SIGA e registrados no SIAFI.

Entretanto, os saldos dos bens móveis da entidade podem não representar de maneira fidedigna a real situação patrimonial, uma vez que não houve a realização de inventário e nem reavaliação no exercício de 2025 e anos anteriores.

Por meio do Processo SEI nº 23071.900917/2024-53, conforme Despacho nº 2169963, e em reunião realizada em outubro de 2025, em atendimento a questionamento da Coordenação de Contabilidade, a Gerência de Patrimônio informou que os procedimentos relativos à realização do inventário previstos para conclusão no exercício de 2024, foram prorrogados para 2026. Informou ainda que, em razão da inexistência de inventário atualizado, a Universidade não possui condições de aderir ao SIADS.

No final do 4º trimestre verificou-se uma redução de aproximadamente 22% nos bens móveis da UFJF, em razão de ajustes na conta de depreciação e da baixa de bens considerados inservíveis e obsoletos.

Apresentamos abaixo o quadro com a discriminação detalhada das contas contábeis e suas respectivas depreciações, relacionando os períodos de 2024 e 2025. Reforçamos que o cálculo da depreciação foi detalhadamente abordado no item 3.10.

Composição Bens Móveis – Hospital Universitário	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	27.791.021,85	27.869.617,21	(0,28)
Bens de Informática	3.734.558,37	3.734.558,37	-
Móveis e Utensílios	1.707.819,13	1.715.305,69	(0,44)
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	200.732,50	200.732,53	(0,00)
Veículos	422.284,40	417.524,40	1,14
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Demais Bens Móveis	631,64	631,64	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(10.615.942,03)	(9.956.428,25)	6,62
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Subtotal	23.241.105,86	23.981.941,59	(3,09)

Composição Bens Móveis – Universidade	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	72.712.702,92	73.464.511,60	(1,02)
Bens de Informática	46.780.556,89	47.193.732,56	(0,88)
Móveis e Utensílios	24.471.991,12	24.222.109,50	1,03
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	43.603.069,92	43.471.680,77	0,30
Veículos	15.960.253,38	16.057.863,75	(0,61)
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	946,00	946,00	-
Demais Bens Móveis	70.954,52	625.830,28	(88,66)
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	(138.861.895,49)	(115.736.121,96)	19,98
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Subtotal	64.738.579,26	89.300.552,50	(27,50)

Total	87.979.685,12	113.282.494,09	(22,34)
--------------	----------------------	-----------------------	----------------

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA										
subitem	CONTA CONTÁBIL	Composição dos Bens Móveis	Vida Útil (An)	Valor do Bem em 31/12/2025	Depreciação Acumulada 31/12/2025	Valor Líquido	Valor do Bem em 31/12/2024	Depreciação Acumulada 31/12/2024	Valor Líquido	AM%
4	1231.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	5.320.988,16	4.082.205,79	1.238.782,37	5.338.055,56	2.925.899,83	2.412.155,73	(0,32)
6	1231.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	2.022.049,85	1.200.805,05	788.184,80	2.043.809,55	1.110.992,45	932.817,10	(1,07)
8	1231.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLAB E HOSP	15	38.768,293,76	21.978.753,46	16.789.540,30	37.845.840,90	15.737.887,30	22.107.953,60	2,44
10	1231.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOS	10	2.189.864,53	1.833.981,91	355.882,62	2.189.864,53	1.591.092,41	598.772,12	-
24	1231.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	865,292,03	691,946,14	173.345,89	861.223,13	617.819,04	243.404,09	0,73
28	1231.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	3.403.471,12	1.729.760,96	1.673.710,16	3.397.838,41	1.061.567,84	2.336.270,57	0,17
30	1231.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	9.564.818,66	7.706.293,02	1.858.525,64	9.447.188,30	6.387.363,11	3.059.825,19	1,25
32	1231.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	364.486,17	281.008,51	83.477,66	1.429.220,88	1.198.145,48	231.075,40	(74,50)
38	1231.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	4.404.543,71	3.462.224,56	942.319,15	4.402.304,13	3.161.332,93	1.240.971,20	0,05
57	1231.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS	5	5.999,00	5.999,80	600,20	5.999,00	-	5.999,00	-
22	1231.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	1.792.424,48	900.693,06	891.731,42	1.792.424,48	820.033,98	972.390,50	-
40	1231.1.01.20	MAQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIO/RODOVIÁRIO	10	44.146,93	35.740,69	8.406,24	44.146,93	30.557,65	13.589,28	-
39	1231.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	338.205,48	287.248,41	50.957,07	332.744,20	261.268,26	71.475,94	1,64
34	1231.1.01.25	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	3.628.119,05	2.883.783,54	744.335,51	4.333.791,61	1.649.526,64	2.684.264,97	(16,28)
35	1231.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	46.780.556,89	35.681.452,46	11.099.104,43	47.193.732,56	35.241.196,96	11.952.535,60	(0,88)
12	1231.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	4.321.159,35	3.162.901,02	1.158.258,33	4.155.927,11	2.599.156,57	1.556.770,54	3,98
36	1231.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	108.581,85	89.535,69	19.046,16	118.586,42	58.437,85	60.148,57	(8,44)
12	1231.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	20.012.249,91	16.048.192,46	3.964.057,45	19.917.595,97	13.258.873,20	6.658.722,77	0,47
18	1231.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	9.662.871,41	8.310.333,46	1.352.537,95	9.603.278,45	6.608.915,95	2.994.362,50	0,62
26	1231.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	1.254.311,16	4.775.795,05	7.76.732,11	1.186.443,69	415.720,39	770.723,30	5,72
33	1231.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	21.644.112,03	17.127.946,58	4.516.165,45	21.940.263,31	14.175.671,69	7.764.591,62	(1,35)
44	1231.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	-	11.041.775,32	-	11.041.775,32	10.741.695,32	-	10.741.695,32	2,79
48	1231.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	493.195,83	331.157,74	162.038,09	493.195,83	289.884,29	203.311,54	-
52	1231.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	15.310.681,87	10.475.181,29	4.835.500,58	15.408.292,24	6.495.642,21	8.912.650,03	(0,63)
2	1231.1.05.05	AERONAVES	-	156.375,68	-	156.375,68	156.375,68	-	156.375,68	-
46	1231.1.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	946,00	766,80	179,20	946,00	681,60	264,40	-
1231.1.99.01	BENS MÓVEIS A ALIENAR (TRENÔ)	-	-	-	-	-	554.875,69	-	554.875,69	(100,00)
1231.1.99.05	BENS MÓVEIS EM TRANSITO	0	-	-	-	-	0,07	-	-	(100,00)
51	1231.1.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	47.122,53	42.352,20	4.770,33	47.122,54	38.454,33	8.668,21	-
87	1231.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	-	23.831,98	1.292,84	22.539,14	23.831,98	-	23.831,98	-
SUBTOTAL				# 20.360.474,74	138.861.895,49	64.738.579,25	205.036.674,47	115.736.121,96	89.300.552,44	(0,70)
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO										
subitem	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO DA CONTA CONTÁBIL	Vida Útil (An)	Valor do Bem em 31/12/2025	Depreciação Acumulada 31/12/2025	Valor Líquido	Valor do Bem em 31/12/2024	Depreciação Acumulada 31/12/2024	Valor Líquido	AM%
4	1231.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	362.135,12	417,50	361.717,62	362.138,45	387,50	361.750,95	-
6	1231.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	1.039,01	421,26	617,75	1.039,01	421,26	617,75	-
8	1231.1.01.03	EQUIPAM/UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLAB E HOSP	15	26.595.059,36	8.214.120,08	18.380.939,28	26.673.501,38	7.578.595,62	19.094.905,76	(0,29)
10	1231.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOS	10	108.632,23	7.650,00	100.982,23	108.632,23	7.650,00	100.982,23	-
24	1231.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	9.656,17	5.341,20	4.314,97	9.656,17	5.341,20	4.314,97	-
28	1231.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	33.653,28	4.838,68	28.814,60	33.653,28	4.461,64	29.191,64	-
30	1231.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	216.977,76	118.124,01	98.853,75	216.977,76	115.852,29	101.125,47	-
32	1231.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	1,54	-	1,54	1,54	-	1,54	-
38	1231.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	20.314,56	-	20.314,56	20.464,56	-	20.464,56	(0,73)
39	1231.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10.745,16	-	10.745,16	10.745,16	-	10.745,16	-
34	1231.1.01.25	MAQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	432.807,66	180.662,91	252.144,75	432.807,67	180.662,91	252.144,76	-
35	1231.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	3.734.558,37	1.508.515,99	2.226.042,38	3.734.558,37	1.508.515,99	2.226.042,38	-
12	1231.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	20.332,05	41.361,89	161.961,16	20.332,05	41.361,89	161.961,16	-
36	1231.1.03.02	MAQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	24.760,64	152,40	24.608,24	24.774,28	152,40	24.621,88	(0,06)
42	1231.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	1.479.735,44	279.587,19	1.200.148,25	1.487.208,36	279.587,19	1.207.621,17	(0,50)
26	1231.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	0,01	-	0,01	0,01	-	0,01	-
33	1231.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	200.732,49	34.370,10	166.362,39	200.732,52	34.370,10	166.362,42	-
48	1231.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	340.974,40	220.378,82	120.595,58	336.214,40	199.068,26	137.146,14	1,42
52	1231.1.05.03	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	81.310,00	-	81.310,00	81.310,00	-	81.310,00	-
51	1231.1.99.09	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	631,63	-	631,63	631,64	-	631,64	-
SUBTOTAL				# 33.857.047,88	10.615.942,03	23.241.105,85	33.938.369,84	9.956.428,25	23.981.941,59	(0,17)
TOTAL				237.457.522,62	149.477.837,52	87.979.685,10	238.975.044,31	125.692.550,21	113.282.494,03	

As rubricas que apresentaram as maiores variações em relação a setembro 2025 e dezembro de 2024 na UFJF foram *Máquinas e Equipamentos Gráficos* (-74,5%) e *Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos* (-16,28%), ambas com variações negativas decorrentes de baixas realizadas em dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Já a rubrica *Bens Móveis a Aliengar* (*Demais Bens Móveis*) apresentou uma variação negativa de 100%, referente a um trenó de montanha adquirido pela UFJF para um projeto da Unidade do Jardim Botânico, que não foi concluído e, por essa razão, o bem foi leiloado em 2022/2023.

9.6 06 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFJF, ao término do terceiro trimestre de 2025, totalizavam cerca de R\$ 1.249.468.793,46 e estavam distribuídos de acordo com suas destinações, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Composição Bens Imóveis	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Bens de Uso Especial	1.035.666.012,47	1.035.666.012,47	-
Obras em Andamento	131.821.338,47	128.285.954,36	2,76
Estudos e Projetos	5.701.808,36	5.701.808,36	-
Instalações	77.772.180,72	77.772.180,72	-
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.492.546,56)	(868.236,61)	71,91
Total	1.249.468.793,46	1.246.557.719,30	0,23

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Composição Bens Imóveis de Uso Especial	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Fazendas Parques e Reservas	11.365.402,37	11.365.402,37	-
Terrenos e Glebas	207.925,20	207.925,20	-
Imóveis de Uso Educacional	889.159.579,08	889.159.579,08	-
Edifícios	32.899.793,72	32.899.793,72	-
Armazéns/Galpões	21.360.200,18	21.360.200,18	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	792.965,80	792.965,80	-
Imóveis de Uso Recreativo	25.051.302,03	25.051.302,03	-
Museus/Palácios	10.596.658,69	10.596.658,69	-
Laboratórios/Observatórios	20.095.206,60	20.095.206,60	-
Hospitais	24.136.978,80	24.136.978,80	-
Total	1.035.666.012,47	1.035.666.012,47	-

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

O saldo das contas de Bens Imóveis manteve-se praticamente inalterado em relação ao período encerrado de 2024, indicando que não houve incorporação de obras finalizadas no SPIUNET. No entanto, esse saldo - que abrange as contas de Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações - não reflete plenamente a realidade patrimonial, uma vez que algumas obras já concluídas não tiveram a baixa correspondente registrada. Além disso, os imóveis não passaram pelas reavaliações necessárias, conforme disposto na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e na Macrofunção 02.03.35 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável. Tal situação compromete a precisão das informações registradas no sistema.

Adicionalmente, o Processo SEI nº 23071.925686/2023-18 aponta o término de alguns contratos de obras que, embora encerrados, ainda estão pendentes de conclusão. Também foram identificados casos de processos judicializados e contratos finalizados sem a conclusão da obra.

9.7 07 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Intangível	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Softwares Com Vida Útil Definida	1.324.247,18	1.226.044,44	8,01
(-) Amortização Acumulada	-	-	-
Softwares Com Vida Útil Indefinida	5.024.135,24	5.274.171,63	(4,74)
Importação de Softwares em Andamento	-	-	-
Total	6.348.382,42	6.500.216,07	(2,34)

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Foi realizado, pelo setor responsável (Patrimônio), um levantamento dos softwares da UFJF com o objetivo de identificar aqueles com vida útil definida que se encontravam obsoletos ou com licenças expiradas nas respectivas unidades. A partir desse diagnóstico, procedeu-se à baixa dos bens que não estavam mais em utilização. Paralelamente, está sendo desenvolvido, em conjunto com os setores envolvidos, um estudo para iniciar o processo de amortização daqueles ativos com vida útil definida.

Conforme abordado anteriormente, a UFJF não vem realizando o cálculo da amortização dos bens intangíveis com vida útil definida em razão de limitações do atual sistema de gestão patrimonial.

9.8 08 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, referiam-se aos salários, benefícios e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, conforme demonstrado na tabela abaixo, os quais foram quitados no mês de janeiro de 2026.

Obrig. Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Pessoal a Pagar	63.397.358,09	53.730.510,32	17,99
Benefícios Previdenciários a Pagar	80.652,40	85.249,14	(5,39)
Benefícios Assistenciais a Pagar	-	-	-
Encargos Sociais a Pagar	12.802.474,91	1.422.990,05	799,69
Total	76.280.485,40	55.238.749,51	38,09

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Do total devido, R\$ 3.580.556,58 referiam-se ao Hospital Universitário, enquanto R\$ 72.699.928,82 referiam-se à universidade.

A rubrica Encargos Sociais a Pagar corresponde ao pagamento do INSS dos residentes do HU, de pessoas físicas que prestam serviços para a Fundação CAEd e da contribuição PSSS — Contribuição dos Servidores. Essa rubrica apresentou um aumento de 800%, decorrente da mudança no fluxo de pagamento do PSSS, que passou a ser recolhido por meio de DARF Numerado no mês subsequente ao da competência do serviço. Anteriormente, os valores eram pagos juntamente com a folha. O aumento também na rubrica Pessoal a Pagar decorreu do reajuste salarial dos servidores.

9.9 09 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao final do 3º trimestre de 2025, a UFJF apresentou saldo a pagar a fornecedores no montante de R\$ 4.671.562,32, representando um decréscimo de cerca de 24%, em relação a 31 de dezembro de 2024.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	31/12/2025	31/12/2024
Hospital Universitário	3.674.306,68	3.674.306,68
Universidade Federal de Juiz de Fora	1.378.710,83	2.439.616,67
Total	5.053.017,51	6.113.923,35

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Do total devido a fornecedores no final do 4º trimestre de 2025 cerca de 73% corresponde a contratos suspensos e/ou judicializados, como o contrato 161/2012 firmado entre o Hospital Universitário e a Tratenge Engenharia Ltda para a construção do novo hospital universitário. Toda a dívida constante do Hospital Universitário corresponde a esses contratos que estão judicializados ou suspensos.

9.10 10 - Demais Obrigações a Curto Prazo

As Demais Obrigações a Curto Prazo envolvem as rubricas de Adiantamentos de Clientes, de Valores Restituíveis (consignações, pensões alimentícias, tributos a recolher, dentre outros), Outras Obrigações a Curto Prazo (Indenizações, Restituições e Compensações, Diárias a Pagar, Precatórios de Terceiros, Incentivos a Educação, Cultura e Outros, etc.) e Transferências Financeiras a Comprovar – TED, conforme tabela a seguir:

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Valores Restituíveis	58.018.906,27	45.727.102,59	26,88
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.046.685,40	968.609,79	111,30
Outras Obrigações a Curto Prazo-INTRA OFSS	82.686.593,44	113.733.541,50	(27,30)
Total	142.752.185,11	160.429.253,88	(11,02)

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Ao final do 4º trimestre de 2025 havia cerca de R\$ 1.000.568,32 em Incentivos a Educação, Cultura (Outras Obrigações a Curto Prazo). Tais valores referem-se principalmente às bolsas de residências e bolsas de Incentivo à Educação que são pagas até o 5º dia útil do mês seguinte. O aparente acréscimo em relação ao saldo registrado no balanço patrimonial de dezembro de 2024 não representa um aumento real, mas decorre da apropriação do plano de saúde Unimed Juiz de Fora, cujo pagamento ocorreu em Janeiro de 2026.

Em relação às Transferências Financeiras a Comprovar (Outras Obrigações a Curto Prazo – INTRA OFSS), há cerca de R\$ 15 milhões referentes ao HU e aproximadamente R\$ 67 milhões à UFJF. Esses valores correspondem a repasses financeiros destinados à execução de ações previstas em programas de trabalho, como, por exemplo, no caso do HU, os TEDs utilizados para o pagamento de bolsas de residência. Houve um decréscimo de cerca de 27% correspondente à baixa de TEDs cuja vigência estava encerrada e que se encontravam pendentes de prestação de contas e/ou aprovação pelos órgãos de origem dos recursos.

Do total de R\$ 82 milhões, cerca de R\$ 20 milhões referem-se a instrumentos cuja vigência já foi encerrada, permanecendo pendentes de prestação de contas e/ou aprovação pelos órgãos de origem dos recursos.

9.11 11 - Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Não foram provisionados valores referentes a Precatórios de Curto e Longo Prazo devidos pela UFJF.

9.12 12 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores ocorrem em decorrência do reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No Encerramento do exercício de 2025, a UFJF apresentou um saldo devedor de R\$ 26.170.263,18, resultante de ajustes relacionados à depreciação de bens móveis adquiridos até 2009, que não haviam sido depreciados e passaram a ser objeto de depreciações e baixas, conforme os processos nº 23071.944126/2024-35, 23071.931125/2024-21 e 23071.910439/2025-71.

Também foram incorporados bens patrimoniais que se encontravam sem registro, conforme o processo nº 23071.902976/2025-47, bem como efetuadas reclassificações contábeis pela NSCCONT para a conta 237110201 (Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores) e a baixa de provisões de férias de exercícios anteriores calculadas a maior.

9.13 13 - Atos Potenciais Ativos e Passivos

Os Atos Potenciais Ativos são compostos pelas garantias recebidas (Cauções, Fianças e Seguros-Garantia), pelos Convênios e TEDs a Receber e pelos Contratos de Serviços e de Aluguéis a Executar, conforme tabela abaixo:

Saldos dos Atos Potenciais Ativos	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Garantias Recebidas	10.211.158,92	14.254.213,22	(28,36)
Convênios e Instrumentos Congeneres a Receber	21.190,60	21.190,60	-
Termos de Execução Descentralizadas a Receber	52.488.492,69	53.161.515,71	(1,27)
Contratos de Serviços a Executar	115.651,50	8.952.674,42	(98,71)
Contratos de Aluguéis a Executar	-	18.346,79	(100,00)
Total	62.836.493,71	76.407.940,74	(17,76)

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Dentre tais atos potenciais ativos, o agrupamento de Termos de Execução Descentralizadas a Receber representou aproximadamente 83% do total, enquanto as Garantias Recebidas correspondem a 16%.

Os contratos de serviços e de aluguéis a executar (receitas de serviços e concessão de aluguéis) apresentavam, em 2024, saldos alongados de contratos já vencidos, que não refletiam a situação real, em razão da inadequação dos parâmetros utilizados para registro e baixa dos contratos de receita. Os contratos vencidos foram baixados, e está sendo

desenvolvido um módulo de receitas, com o objetivo de aprimorar o controle e, consequentemente, aumentar a transparência.

Já os Atos Potenciais Passivos englobam os Convênios a Liberar, os Termos de Execução Descentralizadas a Repassar e os Contratos de Seguros, Serviços, Aluguéis e Fornecimento de Bens a Executar, conforme tabela a seguir:

Saldos dos Atos Potenciais Passivos	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Convênios e Instrumentos Congeneres a Liberar	162.984.437,29	75.997.441,06	114,46
Termos de Execução Descentralizadas a Repassar	-	150.619,68	(100,00)
Contratos de Seguros a Executar	294.395,81	12.059,47	2.341,20
Contratos de Serviços a Executar	164.709.167,35	176.927.184,82	(6,91)
Contratos de Aluguéis a Executar	24.806.113,13	27.882.097,79	(11,03)
Contratos de Fornecimento de Bens a Executar	2.219.871,54	2.897.138,04	(23,38)
Total	355.013.985,12	283.866.540,86	25,06

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

O aumento de aproximadamente 114% na rubrica de Convênios e Instrumentos Congêneres a Liberar está relacionado a novos convênios e termos aditivos firmados entre a UFJF e a Fundação CAED destinados à execução de projetos de pesquisa e avaliação.

De maneira geral, os saldos das rubricas dos contratos de serviços, aluguéis e fornecimento de bens apresentaram decréscimo em razão da execução contratual ocorrida ao longo de 2025, em comparação com o encerramento do exercício de 2024.

9.14 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas no 4º trimestre de 2025 totalizaram R\$ 1.648.817.858,17, sendo R\$ 1.550.221.706,91 referentes à Universidade Federal de Juiz de Fora, R\$ 98.596.099,13 referentes ao Hospital Universitário e R\$ 52,13 referentes ao Campus de Governador Valadares.

Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	254.791.465,83	164.870.767,71	54,54
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6.106.399,63	8.947.308,69	(31,75)
Transferências e Delegações Recebidas	1.314.889.397,80	1.166.148.790,75	12,75
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de	70.204.734,30	9.346.472,50	651,14
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.825.860,61	813.027,96	247,57
Total	1.648.817.858,17	1.350.126.367,61	22,12

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Quanto à representatividade, a rubrica Transferências e Delegações Recebidas representou aproximadamente 79% do total das VPAs ao final do 4º trimestre de 2025 e teve um aumento de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. Essa rubrica é composta por repasses, sub-repasses e transferências destinadas ao pagamento do orçamento a ser executado em 2025, bem como de restos a pagar.

As receitas provenientes da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos representaram, ao final do 4º trimestre de 2025, a maior parcela das receitas próprias auferidas pela UFJF, assim como nos exercícios anteriores. Essas receitas decorreram, em sua maioria, dos valores recebidos pelos serviços de avaliação da educação básica prestados pelo CAEd/UFJF a diversos órgãos, municípios e estados brasileiros.

A rubrica Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (Remuneração de Depósitos bancários e Aplicações Financeiras), que corresponde aos rendimentos das aplicações financeiras de recursos da conta única, apresentou um decréscimo de aproximadamente 31% em relação a dezembro de 2024. Essas aplicações foram encerradas conforme orientações recebidas do órgão superior.

Em comparação com dezembro de 2024, a rubrica Valorização de Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos registrou um aumento significativo de 651%, impactado principalmente baixa de Transferências Voluntárias no Passivo, decorrente de finalização de prestação de Contas de diversos TEDs.

A rubrica Outras Variações Patrimoniais Aumentativas apresentou um acréscimo 247% em relação ao mesmo período de 2024, referente ao recebimento de dividendos das ações do Banco Itaú Unibanco, provenientes de uma doação recebida.

9.15 15 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas na UFJF totalizaram no 4º trimestre de 2025, o montante de R\$1.597.874.320,57, sendo R\$ 1.512.426.122,34 referentes à universidade, R\$ 85.448.146,10 ao Hospital Universitário e R\$ 52,13 referentes ao Campus Governador Valadares UFJF.

As rubricas que apresentaram as maiores variações no 4º trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período de 2024, conforme demonstrado no quadro abaixo, foram:

- 1) O Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo registrou um acréscimo de aproximadamente 15%, em função do aumento dos serviços executados e do maior consumo de bens de almoxarifado
- 2) Transferências e Delegações Concedidas apresentou um acréscimo de aproximadamente 30%, decorrente, em grande parte, dos repasses financeiros realizados à Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão, destinados ao desenvolvimento de projetos por meio de convênios celebrados entre as partes, bem como de transferências intragovernamentais e intergovernamentais, tais como como tributos e contribuições, relacionadas aos pagamentos da folha de servidores e contratados em geral a outros órgãos.
- 3) A rubrica de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos registrou um decréscimo de aproximadamente 46%, motivado, em grande parte, pelas baixas e doações de bens móveis considerados obsoletos ou inservíveis no Campus Universitário, ocorridas em 2024. Adicionalmente, houve baixas de bens móveis no Hospital Universitário, considerados inservíveis mediante laudos técnicos, bem como a reclassificação de outros bens que passaram a ser contabilizados como materiais de consumo. Destaca-se, ainda, a baixa de obras em andamento, conforme processo 23071.925686/2023-18, também registradas no primeiro trimestre de 2024, fato esse que não se repetiu em 2025.
- 4) A rubrica Outras Variações Patrimoniais Diminutivas apresentou um acréscimo de aproximadamente 35%, relacionado à mudança na forma de contabilização das despesas com a UNIMED pagas aos servidores, que anteriormente era registrada em Outros Benefícios Previdenciários.

Variações Patrimoniais Diminutivas	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Pessoal e Encargos	788.897.194,60	660.507.726,44	19,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	318.662.914,04	298.855.657,80	6,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	213.298.633,15	185.722.378,79	14,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	30.437,74	1.081.769,79	(97,19)
Transferências e Delegações Concedidas	161.010.440,30	128.578.270,84	25,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de F	42.240.497,93	60.085.160,35	(29,70)
Tributárias	12.577.506,67	8.633.535,54	45,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços I	12,10	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	61.156.684,04	45.209.133,95	35,28
Total	1.597.874.320,57	1.388.673.633,50	15,06

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Na tabela a seguir são demonstrados os componentes das Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos, bem como dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais, com a comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Quanto à representatividade, a rubrica Pessoal e encargos correspondeu a 49% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, apresentando um acréscimo de 19,44% em relação a dezembro de 2024 em razão do reajuste salarial da categoria.

Já a rubrica Benefícios Previdenciários e Assistenciais – Assistência à Saúde, apresentou um decréscimo de aproximadamente 94% em decorrência da mudança na forma de contabilização, conforme abordado na Nota 9.14 – 15 Variações Patrimoniais Diminutivas – item 4

Pessoal e Encargos	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Remuneração a Pessoal	611.717.381,61	507.893.833,60	20,44
Encargos Patronais	133.213.063,76	114.174.510,04	16,67
Benefícios a Pessoal	43.828.000,62	38.271.725,75	14,52
Pessoal e Encargos - Pessoal Requisitado	138.748,61	167.657,05	(17,24)
Subtotal	788.897.194,60	660.507.726,44	19,44
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Aposentadorias e Reformas	263.120.577,43	232.799.295,51	13,02
Pensões	54.235.242,36	51.119.333,75	6,10
Auxílio Funeral	338.876,55	255.901,76	32,42
Auxílio Natalidade	111.081,13	136.967,72	(18,90)
Assistência à Saúde	857.136,57	14.544.159,06	(94,11)
Subtotal	318.662.914,04	298.855.657,80	6,63
Total	1.107.560.108,64	959.363.384,24	15,45

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

9.16 16 - Resultado Patrimonial do Exercício

O Resultado no 4º trimestre de 2025 foi superavitário em R\$ 50.943.537,60, impactado principalmente pelas Receitas de serviços e pela rubrica Ganhos com Desincorporação de Passivos que se refere à baixa de Transferências Voluntárias no Passivo, decorrente de finalização da prestação de Contas de diversos TEDs.

9.17 17 - Receitas Correntes

Até o 4º trimestre de 2025, a previsão inicial de Receita da UFJF não sofreu alteração em relação ao consignado na LOA, tendo desta forma, sido previstos cerca de R\$ 241 milhões referentes a Receitas Correntes.

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)
(+) Receitas Correntes	241.654.081,00	241.654.081,00	262.599.284,63	108,67
(+) Receitas de Capital	-	-	238.455,90	-
Total das Receitas	241.654.081,00	241.654.081,00	262.837.740,53	108,77

Fonte: Siafi 2025

Do total previsto, até o 4º trimestre de 2025 foram arrecadados cerca de R\$ 262 milhões em Receitas Correntes e de Capital, sendo a maior parte proveniente dos serviços de avaliação da educação, prestados pelo CAED/UFJF a diversos estados e municípios, conforme abordado na nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas.

9.18 18 - Despesas Correntes e de Capital

As Despesas Orçamentárias da UFJF até o 4º trimestre de 2025 foram inicialmente fixadas em R\$1.338.357.560,00 e, ao longo do exercício, esse montante foi atualizado para R\$1.489.161.277,00. O total das despesas empenhadas alcançou R\$1.517.335.668,21, correspondente a aproximadamente 102% do total fixado. Fato este que pode ser explicado pela execução do orçamento de outros órgãos que descentralizaram recursos para a UFJF. Desse total, cerca de 99% correspondem a despesas com pessoal (Despesas Correntes).

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)	AV Realizado (%)
(-) Despesas Correntes	1.331.313.560,00	1.481.271.620,00	1.504.798.464,92	101,59	99,17
(-) Despesas de Capital	7.044.000,00	7.889.657,00	12.537.203,29	158,91	0,83
Total das Despesas	1.338.357.560,00	1.489.161.277,00	1.517.335.668,21	101,89	100,00

Fonte: Siafi 2025

Superávit / (Déficit)	(1.096.703.479,00)	(1.247.507.196,00)	(1.254.497.927,68)
------------------------------	---------------------------	---------------------------	---------------------------

Fonte: Siafi 2025

9.19 19 - Resultado Orçamentário (Déficit)

O Resultado Orçamentário é o confronto da receita arrecadada versus a despesa empenhada. Conforme demonstrado na tabela abaixo, ao término do 4º trimestre de 2025, a UFJF apresentou déficit orçamentário de R\$ 1.254.497.927,68.

Categoria Econômica	Previsão / Fixação	Previsão / Fixação Atualizada	Realização / Execução	Real. / Exec. (%)
(+) Receitas Correntes	241.654.081,00	241.654.081,00	262.599.284,63	108,67
(+) Receitas de Capital	-	-	238.455,90	-
Total das Receitas	241.654.081,00	241.654.081,00	262.837.740,53	108,77
(-) Despesas Correntes	1.331.313.560,00	1.481.271.620,00	1.504.798.464,92	101,59
(-) Despesas de Capital	7.044.000,00	7.889.657,00	12.537.203,29	158,91
Total das Despesas	1.338.357.560,00	1.489.161.277,00	1.517.335.668,21	101,89
Superávit / (Déficit)	(1.096.703.479,00)	(1.247.507.196,00)	(1.254.497.927,68)	

Fonte: Siafi 2025

Tal fato ocorre, pois na metodologia de elaboração do Balanço Orçamentário definida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, apenas as receitas próprias arrecadadas pela universidade são computadas no cálculo, excluindo assim os valores recebidos do MEC ou de outros órgãos, que são classificados como Transferências e Delegações Recebidas.

9.20 20 - Restos a Pagar Não Processados

Apresentamos, a seguir, informações detalhadas sobre os restos a pagar, que correspondem a despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro. Aqui estão os principais pontos relacionados:

Restos a Pagar Não Processados: despesas empenhadas, mas não liquidadas até 31 de dezembro.

No encerramento do exercício de 2024, foram reinscritos cerca de R\$ 9 milhões em empenhos de anos anteriores a 2024 e inscritos aproximadamente 106 milhões referentes a 2024, conforme abaixo:

Elemento de Despesa	RPNP Reinscritos	RPNP Inscritos	Total
Auxílio Financeiro a Estudantes	438.690,20	6.930.898,67	7.369.588,87
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	-	645.387,27	645.387,27
Contribuições	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-
Diárias - Pessoal Civil	-	12.000,00	12.000,00
Enc.P/Honra de Avais, Garant.Seguros e Sim	-	39.349,46	39.349,46
Equipamentos e Material Permanente	163.499,02	2.384.633,87	2.548.132,89
Indenizações e Restituições	36.791,91	359.455,04	396.246,95
Locação de Mão-de-Obra	-	6.174.658,57	6.174.658,57
Material de Consumo	86.554,95	4.772.419,33	4.858.974,28
Material, Bem ou Serviço para Dist.Gratuita	-	76.234,45	76.234,45
Obras e Instalações	129.355,54	3.589.343,37	3.718.698,91
Obrigações Patronais	-	-	-
Obrigações Tributárias E Contributivas	68.210,78	10.013.273,53	10.081.484,31
Outros Auxílios Financeiros - P.Física	-	147.250,00	147.250,00
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	340.931,49	47.125.844,23	47.466.775,72
Outros Serviços de Terceiros PJ	8.318.087,22	20.594.958,57	28.913.045,79
Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,02	1.724.994,85	1.744.994,87
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	3.375,00	117.320,00	120.695,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação P	17.389,67	1.345.695,88	1.363.085,55
Total	9.622.885,80	106.053.717,09	115.676.602,89

Fonte: SIAFI 2025

Na tabela acima estão demonstrados os RPNP inscritos e reinscritos ao final do exercício de 2024, por elemento de despesa, sendo as despesas com Outros Serviços de Terceiros – P. Física e Outros Serviços de Terceiros PJ os mais representativos.

Ao final do 4º trimestre de 2025, foram pagos aproximadamente R\$ 111 milhões e cancelados cerca de R\$ 850 mil de Restos a Pagar Não Processados, restando saldo de aproximadamente R\$ 3 milhões a serem movimentados no exercício de 2026, conforme tabela abaixo:

Elemento de Despesa	Inscrito / Reinscrito	RPNP Pagos	RPNP Cancelados	RPNP Liquidados	Saldo a pagar	RPNP a Liquidar
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.369.588,87	5.996.969,75	13.061,00	6.041.079,75	44.110,00	1.315.448,12
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	645.387,27	645.387,00	0,27	645.387,00	-	-
Contribuições	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Diárias - Pessoal Civil	12.000,00	12.000,00	-	12.000,00	-	-
Enc.P/Honra de Avais, Garant.Seguros e Sim	39.349,46	-	39.349,46	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente	2.548.132,89	2.277.277,04	181.955,85	2.277.277,04	-	88.900,00
Indenizações e Restituições	396.246,95	340.056,58	2.491,10	340.056,58	-	53.699,27
Locação de Mão-de-Obra	6.174.658,57	6.174.658,57	-	6.174.658,57	-	-
Material de Consumo	4.858.974,28	4.504.000,65	134.962,55	4.504.973,10	972,45	219.038,63
Material, Bem ou Serviço para Dist.Gratuita	76.234,45	34.345,79	41.888,66	34.345,79	-	-
Obras e Instalações	3.718.698,91	3.589.822,57	128.876,33	3.589.822,57	-	0,01
Obrigações Tributárias e Contributivas	10.081.484,31	9.996.214,94	4.020,63	10.006.120,46	9.905,52	71.343,22
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	147.250,00	139.500,00	7.750,00	139.500,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	47.466.775,72	47.044.524,36	20.080,23	47.082.296,46	37.772,10	364.399,03
Outros Serviços de Terceiros PJ	28.913.045,79	27.940.030,80	273.863,42	27.940.030,80	-	699.151,57
Passagens e Despesas com Locomoção	1.744.994,87	1.528.535,08	2.216,06	1.559.637,28	31.102,20	183.141,53
Premiações Culturais Art. Cient. Desp. E Outros	120.695,00	42.000,00	-	52.950,00	10.950,00	67.745,00
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.363.085,55	1.347.560,23	-	1.347.594,22	33,99	15.491,33
Total	115.676.602,89	111.612.883,36	850.515,56	111.747.729,62	134.846,26	3.078.357,71

Fonte: SIAFI 2025

9.21 21 - Restos a Pagar Processados

Os Restos a Pagar Processados são despesas empenhadas e liquidadas, mas pendentes de pagamento.

Os Restos a Pagar Processados da UFJF, inscritos e reinscritos no 4º trimestre de 2025, totalizaram R\$ 99.497.163,67, sendo R\$ 3.967.473,92 referentes a reinscrições de exercícios anteriores e R\$ 95.529.689,75 relativos a inscrições efetuadas em 31 de dezembro de 2024.

Até o 4º trimestre de 2025 foram pagos cerca de R\$ 95 milhões de Restos a Pagar Processados, sendo que deste total cerca de 87% referiam-se aos salários, benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento do mês de dezembro de 2024, pagos no 1º dia útil de janeiro 2025.

Elemento de Despesa	RPP Inscritos e Reinscrito	RPP Pagos	RPP a Pagar	RPP Cancelados
Aposentadorias RPPS	21.066.132,42	21.066.132,42	-	-
Auxílio financeiro a estudantes	35.053,71	35.053,71	-	-
Auxílio-alimentação	2.981.390,95	2.981.390,95	-	-
Auxílio-transporte	81.259,67	81.259,67	-	-
Contratação por tempo determinado	1.194.792,74	1.194.516,07	-	276,67
Contribuições a entidades fechadas de previdência	332.046,63	332.046,63	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	20.830,45	20.830,45	-	-
Equipamentos e material permanente	19.688,49	5.688,51	13.999,98	-
Indenizações e restituições	1.520.383,15	1.520.383,15	-	-
Locação de mão-de-obra	1.786.093,41	1.729.586,73	56.506,68	-
Material de consumo	11.371,45	11.371,45	-	-
Obras e instalações	3.881.254,35	-	3.881.254,35	-
Obrigações Patronais	187.753,04	187.038,67	-	714,37
Obrigações Tributárias e Contributivas	903.190,38	903.190,38	-	-
Outras despesas variáveis - pessoal civil	48.830,13	48.830,13	-	-
Outros auxílios financeiros a pessoa física	1.053.348,95	1.053.348,95	-	-
Outros benefícios assistenciais do servidor	242.491,59	242.491,59	-	-
Outros serviços de terceiros - pessoa física	459.729,67	459.729,67	-	-
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.939.776,43	2.939.776,43	-	-
Passagens e Despesas Com Locomoção	50.102,38	50.102,38	-	-
Pensões do RPPS	4.482.159,27	4.482.159,27	-	-
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	14.448,16	14.448,16	-	-
Sentenças judiciais	264.242,29	264.242,29	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -	35.336,57	35.336,57	-	-
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	55.885.457,39	55.885.457,39	-	-
Total	99.497.163,67	95.544.411,62	3.951.761,01	991,04

Fonte: SIAFI 2025

9.22 22 – Resultado Financeiro – Consumo de Caixa e Equivalentes de Caixa

O Resultado Financeiro é encontrado por meio do confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o período e alteraram as disponibilidades da UFJF. Tal resultado pode ser obtido tanto pelo Balanço Financeiro, quanto pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, em virtude do princípio de caixa único.

Resultado Financeiro - Geração Líquida de Caixa	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Fluxos de caixa das Atividades das Operações	55.162.019,04	22.294.698,03	147,42
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento	(7.178.748,58)	(16.038.782,53)	(55,24)
Fluxos de caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.983.270,46	6.255.915,50	667,01

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Dessa forma, o Resultado Financeiro da UFJF, apurado pela Demonstração do fluxo de caixa no 4º trimestre de 2025, foi superavitário no montante de R\$ 47.983.270,46 em função principalmente do Fluxo de Caixa das Atividades das Operações, que agrupam os ingressos das receitas de serviços, bem como dos desembolsos com pessoal e encargos sociais.

No Fluxo de Caixa das Atividades das Operações houve ingressos no montante de R\$ 1.589.791.893,08 e desembolsos no valor de R\$ 1.534.629.874,04 resultando um saldo positivo de R\$ 55.162.019,04.

Já no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos houve ingressos no valor de R\$ 238.455,90, decorrentes da alienação de bens, enquanto os desembolsos somaram R\$ 7.417.204,48.

Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024	AH%
(+) Saldo para o Exerc. Seguinte: Caixa e Equiv. de Cai	215.378.760,17	167.395.489,71	28,66
(-) Saldo do Exerc. Anter.: Caixa e Equiv. de Caixa	167.395.489,71	161.139.574,21	3,88
Geração (Consumo) de Caixa e Equivalentes de Caixa	47.983.270,46	6.255.915,50	667,01

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o encerramento do exercício de 2025, conforme Balanço Financeiro.

Ingressos	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Receitas Orçamentárias	262.837.740,53	174.044.360,26	51,02
Transferências Financeiras Recebidas	1.312.130.647,02	1.163.637.577,82	12,76
Recebimentos Extraorçamentários	266.795.907,35	216.118.499,80	23,45
Saldo do Exerc. Anterior: Caixa e Equiv. Caixa	167.395.489,71	161.139.574,21	3,88
Subtotal	2.009.159.784,61	1.714.940.012,09	17,16

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Dispêndios	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Despesas Orçamentárias	1.517.335.668,21	1.319.163.766,67	15,02
Transferências Financeiras Concedidas	55.137.868,40	47.059.532,60	17,17
Despesas Extraorçamentárias	221.307.487,83	181.321.223,11	22,05
Saldo P/ o Exerc. Seguinte: Caixa e Equiv. Caixa	215.378.760,17	167.395.489,71	28,66
Subtotal	2.009.159.784,61	1.714.940.012,09	17,16

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Ingressos	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Receitas Orçamentárias	262.837.740,53	174.044.360,26	51,02
Transferências Financeiras Recebidas	1.312.130.647,02	1.163.637.577,82	12,76
Recebimentos Extraorçamentários	266.795.907,35	216.118.499,80	23,45
Dispêndios	31/12/2025	31/12/2024	AH%
Despesas Orçamentárias	1.517.335.668,21	1.319.163.766,67	15,02
Transferências Financeiras Concedidas	55.137.868,40	47.059.532,60	17,17
Despesas Extraorçamentárias	221.307.487,83	181.321.223,11	22,05
Resultado Financeiro	47.983.270,46	6.255.915,50	17,16

Fonte: SIAFI 2025 e 2024

Ao encerramento do exercício de 2025, os Ingressos Financeiros apresentaram aumento de 17,16% em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente, em grande parte, da elevação das receitas orçamentárias arrecadadas e das transferências financeiras recebidas.

As receitas arrecadadas correspondem, em sua maioria, aos valores provenientes dos serviços de avaliação da educação básica prestados pelo CAED/UFJF a diversos órgãos, municípios e estados brasileiros.

Já as transferências recebidas decorrem, principalmente, de repasses financeiros efetuados pelo MEC, que representaram 65% do total dos ingressos e registraram aumento de 12,76% em relação ao ano anterior.

Os recebimentos extraorçamentários referem-se ao registro da diferença entre o valor total empenhado no período e o montante ainda a liquidar e a pagar, em conformidade com a Lei 4.320/1964, a qual estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (art.35).

Os Dispêndios compreendem as Despesas Orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro, correspondentes às Despesas Empenhadas no Balanço Orçamentário, que apresentaram acréscimo de 15,02% em comparação com o mesmo período de 2024.

As transferências Financeiras Concedidas, relativas a repasses e sub-repasses entre Unidades Gestoras do mesmo órgão e a restituições de Termos de Execução Descentralizada (TED), apresentaram aumento de 17,17% em relação ao exercício anterior.

As despesas extraorçamentárias, compostas principalmente pela execução de Restos a Pagar, registraram uma evolução de 22,05 % em relação ao período anterior.

Conclui-se que o resultado financeiro da UFJF apresentou uma geração positiva de caixa de aproximadamente 47,9 milhões, com uma variação positiva de 17,16% em relação ao período anterior, que pode ser explicado pelo aumento da receita orçamentária.

9.23 23 - Transações com Partes Relacionadas

A UFJF possui atualmente duas fundações de apoio credenciadas, com as quais pode celebrar contratos e convênios para execução de projetos específicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, a fim de se obter ganhos de eficiência na gestão desses projetos.

São elas:

- a) Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Fundação CAED), CNPJ nº 24.014.569/0001-74, constituída como entidade privada, sem fins lucrativos, destinada a prestar apoio especializado à execução de projetos e serviços relacionados à avaliação educacional em larga escala e ao desenvolvimento de tecnologias de avaliação e gestão da educação pública (<https://fundacaocaed.org.br/#!/pagina-inicial>);
- b) Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE), CNPJ nº 00.703.697/0001-67, instituição de direito privado e sem fins lucrativos, criada com a finalidade de apoiar a Universidade na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão (<https://fadepe.org.br/>).

As fundações de apoio contam, em seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, com a participação de servidores da Universidade Federal de Juiz de Fora, incluindo docentes, técnicos-administrativos em educação, pró-reitores e representantes da Reitoria.

No que se refere à Fundação CAEd, são órgãos de sua administração:

I – Conselho de Administração, composto por onze membros, dos quais seis são indicados e aprovados pelo Conselho Superior (CONSU) da UFJF, sendo: um docente, ativo ou inativo, da Faculdade de Educação da UFJF (FACED); três docentes, ativos ou inativos, de unidades acadêmicas da UFJF com atuação nas áreas de gestão e avaliação da educação pública; e dois servidores ativos do quadro da UFJF, indicados pelo Reitor;

II – Diretoria Executiva;

III – Conselho Fiscal.

No exercício de 2025, a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE) apresentou a seguinte composição:

I – Conselho Curador, como órgão deliberativo, composto por 1 servidor(a) da UFJF, ativo ou inativo, na qualidade de Presidente, indicado pelo Reitor(a) e referendado pelo Conselho Superior da UFJF; 3 servidores da UFJF, ativos ou inativos indicados pelo Conselho Superior da UFJF, dentre seus membros; 1 Pró-Reitor da UFJF, membro do Conselho Superior; 1 Pró-Reitor da UFJF, membro do Conselho Superior; 2 cidadãos como representante da sociedade, indicados pela UFJF

II – Conselho Fiscal, como órgão de controle interno; composto por 03 membros, dentre os servidores da UFJF

III – Diretoria Executiva, como órgão administrativo, composto por servidores da UFJF.

As Fundações CAED e FADEPE prestam suporte técnico, administrativo e financeiro à UFJF, atuando como gestoras operacionais para a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Esta atuação é formalizada por meio de contratos e convênios específicos, todos devidamente aprovados pela administração universitária e acompanhados pelos órgãos de controle.

Maiores informações disponíveis em <https://www2.ufjf.br/convenio/relacionamento-com-fundacao-de-apoio/>



Documento assinado digitalmente

REGINA CELIA BITENCOURT DIAS BAESSO

Data: 03/02/2026 15:43:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>